

ELEIÇÃO

98



DENÚNCIA

Depoimento de ministros pode ser dispensado

O PRESIDENTE do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), deverá vetar o requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que convoca os ministros de Assuntos Políticos, Luiz Carlos Santos, e da Saúde, Carlos Albuquerque, para prestar esclarecimentos sobre a troca de verbas orçamentárias por votos. A denúncia da barganha foi feita na quinta-feira pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

A convocação de ministros passa pela Mesa diretora do Senado e ACM tem poder de veto, caso conclua que o ato é desnecessário. "Vou mandar ofício aos dois ministros para que expliquem antes o que ocorreu", afirmou Antonio Carlos. "A partir daí, vou deliberar sobre o assunto". Pelo que já disse aos líderes dos partidos aliados, Antonio Carlos considera desnecessária a convocação dos ministros. Na semana passada ele até comentou que a liberação de verbas do Orçamento para os aliados é fato comum.

Requião disse que ele e o deputado Maurício Requião (PMDB-PR), seu irmão, apresentarão no Supremo Tribunal Federal (STF), em conjunto com o PT, uma ação por crime de responsabilidade do presidente Fernando Henrique Cardoso e dos ministros Luiz Carlos Santos (Assuntos Políticos) e Carlos Albuquerque (Saúde). O senador disse que solicitará em juízo que Luiz Carlos Santos descreva, em um papel, quais foram suas atividades nos últimos seis meses. "Ele não vai poder escrever nada, pois não vai poder dizer que ficou liberando verbas", comentou Requião.

Ele relatou também que seu irmão possui mais "umas 14 ou 15 fitas" contendo gravações de conversas semelhantes à que Maurício Requião teve com um assessor do Ministério da Saúde sobre obstáculos à liberação de verbas, por Santos, para políticos adversários do Governo federal. O senador disse, porém, que não vai divulgar essas novas fitas, pois o fato denunciado "já está comprovado".

Presidência - Ontem o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, disse que o Governo não tem envolvimento com as denúncias de Requião. Amaral disse que "o Governo não encontrou fundamento nas denúncias apresentadas". Ele disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso não discrimina adversários políticos do Governo.

"No que diz respeito às emendas que foram apresentadas, desde que tragam efetivo benefício à população, não", garantiu. "Tanto que há emendas para todos os partidos", disse.

"Agora, o que não se pode esperar é que partidos da oposição tenham o mesmo tratamento que os partidos do Governo no que diz respeito à política em geral".